



Associação de Empresas de Ginásios  
e Academias de Portugal

## COMUNICAÇÃO AOS ASSOCIADOS

### **NOVO PROJECTO DE DIPLOMA ACERCA DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE FITNESS**

#### **DIPLOMA QUE VEM REVOGAR O DL 385/99**

Teve a AGAP conhecimento há alguns dias do projecto de diploma sobre qualificação dos profissionais de actividade física em ginásios a aprovar em Conselho de Ministros. O teor deste documento era altamente lesivo para os ginásios portugueses, monitores e escolas profissionais, e estabelecia uma incompreensível diferenciação com o regime previsto para os treinadores desportivos, porquanto previa, entre outras regras:

1. Presença obrigatória de um Responsável Técnico (que passaria a denominar-se Coordenador) durante todo o tempo de abertura dos ginásios, o que na prática levaria a que quase todos os clubes necessitassem imediatamente de recrutar profissionais com o 1º ciclo de Bolonha (licenciatura) durante todo o horário. Como consequência registar-se-ia o facto da necessidade de vários coordenadores, o que levaria à anarquia hierárquica.
2. Aos profissionais que orientassem actividades no objecto das federações desportivas aplicar-se-ia o DL 248-A/2008 (4 níveis), e a todos os outros (a maioria, portanto...) requerer-se-ia a referida qualificação de licenciatura.
3. Os profissionais em exercício que não possuíssem a licenciatura tinham 4 anos para a adquirir, caso contrário seriam colocados fora do sistema.
4. O recrutamento de profissionais a partir da promulgação do DL seria de imediato efectuado, assim e exclusivamente, entre licenciados, não permitindo a colocação de qualquer profissional que fosse exclusivamente detentor de outras habilitações pela via profissional, adquiridas nas denominadas escolas profissionais.

Entretanto foi a AGAP convocada pelo Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto (SEJD) para as reuniões de 23 e 24 de Julho, de que aqui damos conta.

A AGAP reafirmou firmemente a sua defesa da via profissional como alternativa à via académica, como aliás parece resultar de toda a produção legal comunitária. Sempre existiu na AGAP a expectativa de estar integrada nos 4 níveis do DL 248-A/2008, em conformidade com todas as restantes áreas físicas e desportivas, federadas e não federadas. A solução consignada no Projecto de Diploma, em nosso entender, vai contra a Recomendação da União Europeia e não existe evidência suportada que sugira que, com a adopção desta regra (*“ser titular do grau de licenciado na área do Desporto ou da Educação Física”*) se vá aumentar a segurança e saúde dos utentes.



Aliás, este Projecto está desalinhado com o Quadro Europeu de Qualificações aprovado em Abril de 2008 e já transposto em Portugal através das portarias 781/2009 e 782/2009 de 23 de Julho, criando uma assimetria chocante e evidente entre as orientações e conduções do exercício de actividades físicas e desportivas praticadas num clube e numa federação desportiva. É entendimento da AGAP que a saúde e segurança se regem pelas mesmas regras e não pela forma ou local.

Esta defesa foi efectuada até ao fim das duas reuniões com a maior veemência, sendo no entanto contestada sempre pela Tutela, que vê na via académica a formação essencial e obrigatória para o futuro do acompanhamento da actividade física em ginásios.

Após demorada troca de ideias foi contudo possível chegar às seguintes correcções ao diploma que indesejavelmente esteve em vias de ser aprovado:

1. **Não será obrigatória a presença de um Responsável Técnico (que se designará Director Técnico) durante todo o horário de abertura.** Este DT será só um. Necessitam contudo os ginásios de afixar a sua inscrição no IDP e o seu horário de permanência no ginásio, sem contudo se estabelecerem períodos obrigatórios.
2. Os profissionais que não sejam portadores de licenciatura mas sim de qualificação no âmbito do sistema nacional de qualificações, ou experiência profissional na actividade, ou títulos adquiridos em outros Países reconhecidos em Portugal, têm 90 dias após a entrada em vigor do DL (+ 60 dias) para requerer junto do IDP **o reconhecimento das suas competências actuais, podendo assim exercer para o futuro, sem necessidade de formação complementar e naturalmente sem necessidade de se licenciarem.**
3. **Os profissionais que ainda venham a adquirir formação nos próximos 2 anos no âmbito do sistema nacional de qualificações, entendendo-se aqui as formações das escolas existentes, podem igualmente requerer (neste mesmo prazo) o reconhecimento das suas competências entretanto adquiridas.**

Parecem-nos da maior relevância as correcções que foram possível atingir, **estando no entanto comprometido o princípio do reconhecimento da via profissional tão defendido por nós.** Contudo dispõe o sector de 2 anos para verificar o que diz a Europa. Eventualmente para verificar também qual o comportamento do mercado e das escolas profissionais.

Apraz registar o facto de ser a AGAP chamada a comentar esta iniciativa do Governo, e o reconhecimento das contribuições válidas da Associação.

3 de Agosto de 2009